

"Diretas 88" vai à Comissão

Josemar Gonçalves

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, finalmente decidiu, ontem, enviar à Comissão de Sistematização o projeto de decisão



do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que prevê a fixação imediata da eleição para Presidente da República em 15 de novembro de 1988. Ulysses, um dos principais defensores do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, demorou uma semana para encaminhar a proposta de diretas-88 à Comissão de Sistematização.

Segundo Arnaldo Faria de Sá, na Comissão, o projeto já conta hoje com 27 votos pela sua aprovação faltando ainda mais 20 votos para atingir o quorum de maioria absoluta, ou seja, 47 dos 93 sufrágios. O deputado destacou ainda que, caso a proposta seja aprovada na Comissão, no plenário da Constituinte, ela receberia agora 230 votos dos 280 necessários para sua aprovação definitiva.

Na Comissão, o parlamentar do PTB já decidiu que irá contar com os votos dos suplentes. "Os suplentes assumem a titularidade automaticamente sem nenhum vínculo com o titular obedecendo apenas a ordem de chegada na reunião", explicou. Assim, ele diz ter o apoio de muitos suplentes identificados com a sua iniciativa. Para ilustrar, apontou o caso do líder do PDC, deputado Siqueira Campos (GO), que apesar de não ser partidário de quatro anos para Sarney deixará o plenário da Comissão quando a proposta for votada para que o vice-líder do partido, deputado José Maria Eymael (SP), possa se inscrever e votar pelas diretas-88.

Prazos

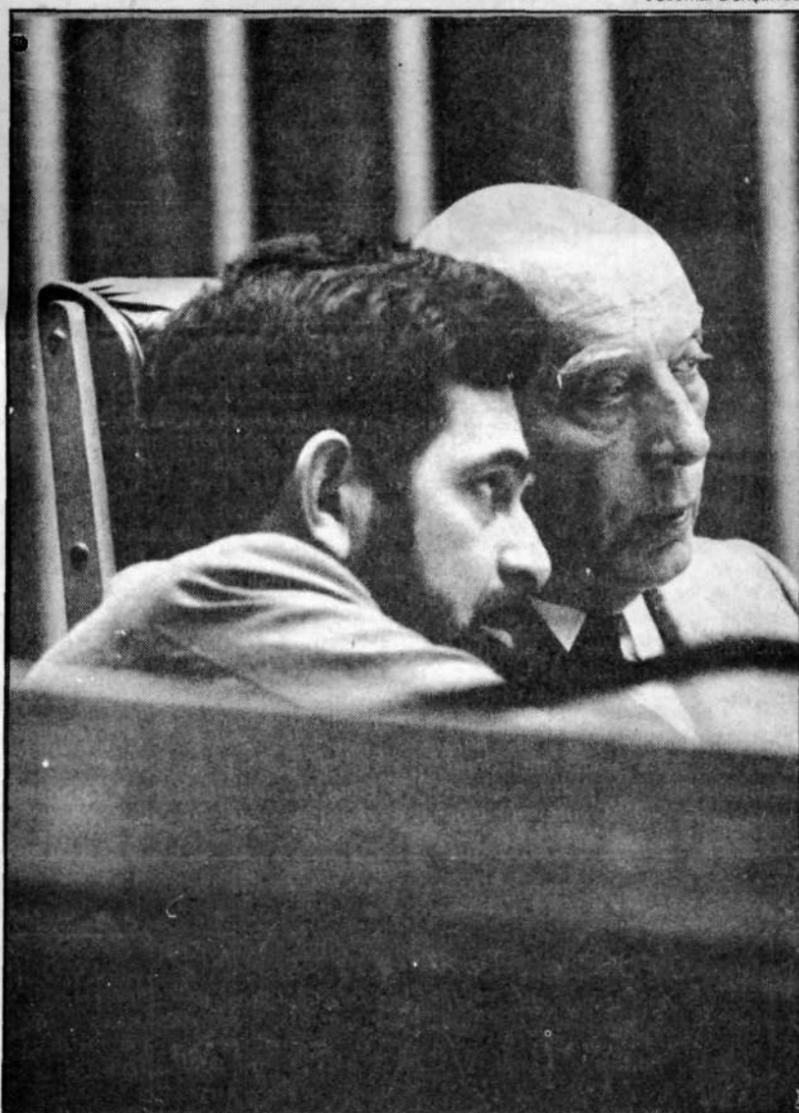
Pelos prazos do Regimento Interno da Constituinte, até a próxima segunda-feira, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), terá que apresentar o seu parecer sobre o Projeto de Decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá. Cabral tem cinco dias para se pronunciar sobre a proposta a partir do recebimento do projeto, o que deverá ocorrer ainda hoje. Apesar de ser contra a proposta, no mérito, Cabral já anunciou que o seu parecer será favorável para que o projeto possa ser votado pelos constituintes. Após a elaboração do parecer, caberá ao presidente da Comissão senador Afonso Arinos (PFL-RJ) decidir o dia em que a proposição vai ser votada.

Mesmo que seja aprovado na Comissão de Sistematização, o projeto de decisão não tem data para ser votado em plenário, em dois turnos, como determina o Regimento. Isto porque caberá ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidir quando a proposta entrará na ordem do dia. Se for tomado o precedente do Projeto de Decisão do deputado Paulo Ramos que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco, o projeto de diretas-88 terá uma tramitação demorada na Constituinte. O projeto de Paulo Ramos, apesar de aprovação na Comissão, há mais de um mês, ainda não tem qualquer previsão de quando será votado em plenário.

Para Delfim, progressista é retrógrado

São Paulo — O deputado Delfim Netto (PDS-SP) denunciou ontem em São Paulo os chamados «progressistas» de quererem levar o Brasil «de volta à Idade Média, por defenderem um regime corporativista e a intervenção cada vez maior do Estado nas atividades humanas. «Na realidade, o «progressista» brasileiro é aquele que defende as coisas mais retrógradas». Disse. Em seguida, o deputado perguntou: «E quem é o conservador? O conservador — respondeu — é aquele que sabe que existem limitações físicas, sabe que o progresso se obtém pouco a pouco, que o progresso é evolução e não revolução».

Delfim Netto disse que o «progressista» brasileiro não «faz revolução é de conversa mole, que defende a política mais inadequada ao país, uma política que leva o País ao atraso. Todas as teses que provocaram atrasos no Brasil foram defendidas pelos «progressistas», afirmou.



Faria de Sá (E) dialoga com Ulysses e tem projeto enviado

Aliança quer fim das controvérsias

Gerson Menezes

Influenciar de forma decisiva na elaboração do substitutivo a ser apresentado pelo relator Bernardo Cabral, para que ele não se transforme novamente em objeto de controvérsias, como ocorreu com o polêmico projeto de Constituição, é o objetivo das constantes reuniões mantidas pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, com a cúpula do PFL. Ontem, a reunião se repetiu e, à saída, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, informou que Ulysses se comprometeu a entrar em entendimento com Cabral e depois se comunicar novamente com os pefelistas, «para que então possamos descer a detalhes».

Maciel voltou a insistir na afirmação de que esses entendimentos visam priorizar as discussões do substitutivo no âmbito da Aliança Democrática, para então serem levadas aos demais partidos. Ele desmentiu que sejam uma «reação» à formação de diversos grupos interpartidários, argumentando que essas composições entre diversos partidos também prestarão a sua contribuição, «o que será válido».

Maciel não foi claro quanto aos «mecanismos» que vão garantir a prioridade da discussão no âmbito da Aliança, uma vez que, conhecido o projeto, nada impedirá que esses grupos já formados

passem a discutí-lo, o que implicará em debate fora da Aliança. Disse apenas que nessa fase haverá «uma coordenação do trabalho» e acrescentou: «Todos vão ajudar o relator a elaborar o substitutivo. Nós, da Aliança Democrática, nos consideramos responsáveis».

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), admitiu que é procedente a dúvida quanto às fórmulas para «priorizar» o debate entre o PMDB e o PFL. Ele participou pela primeira vez das reuniões da cúpula com Ulysses e disse que, «para quem está chegando», a impressão é de que esses entendimentos entre o «comando» dos dois partidos acabam se constituindo na formação do «último grupo», tendo em vista as várias reuniões que já se processam, paralelamente.

Segundo Maciel, «há convicção de que uma boa Constituição tem que refletir o consenso», pois se for o resultado de ideias de «um grupo, não refletirá a sociedade». Um parlamentar do PFL informou que a grande preocupação está sendo em assegurar um substitutivo «que seja aprovado», ou seja, evitar que Bernardo Cabral apresente nova matéria polêmica. Participaram da reunião com Ulysses, além de Saulo Queiroz e Maciel, os líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli.

Sant'anna contra plebiscito

ARQUIVO 29/6/87

O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Câmara, vai apresentar uma questão de ordem preliminar para tentar impedir amanhã, na Comissão de Sistematização, a votação dos Projetos de Resolução dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Virgílio Guimarães (PT-MG), que propõem a realização de consulta plebiscitária à população logo após a votação pela Constituinte do Projeto de Constituição.

A alegação de Sant'Anna é que o assunto é matéria vencida na Sistematização, já que o Projeto em debate já trata do tema. Ele afirma também que pelos artigos 59 e 61 do Regimento Interno da Constituinte, o Projeto de Resolução sobre plebiscito só pode ser apresentado até dez dias contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição. Em sua interpretação o Projeto a que se refere o Regimento é o definitivo, ou seja o que resultar do segundo parecer do relator da Sistematização, sendo encaminhado para votação no plenário da Constituinte, e que só será conhecido em setembro.

A estratégia de seu grupo é rejeitar as duas propostas na Sistematização, o que, segundo o



Para líder, é matéria vencida

parlamentar, implica em seu arquivamento. Ele discorda da posição do relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, de que a única possibilidade de arquivar os projetos é a rejeição unânime pela Sistematização: «Pelo Regimento Interno, um Projeto de Resolução só é colocado na Ordem do Dia quando aprovado pela Comissão de Sistematização. Logo, em meu entender, a sua rejeição implica necessariamente no arquivamento».

Pró-diretas no DF colhe assinaturas

Com o propósito de colher assinaturas para o projeto de emenda popular ao projeto de Constituição, que fixa a data de 15 de novembro de 1988 para a eleição direta do Presidente da República, o grupo pró-diretas realiza um ato público, às 18h30 de hoje, no auditório da OAB-DF, na avenida W/3 Norte, quadra 516. Os organizadores alertam que cada eleitor presente ao manifesto deve portar o seu título eleitoral, documento indispensável para subscrever as emendas.

O senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), encarregado por Mário Covas para coordenar o movimento no Distrito Federal, informa que no ato público serão distribuídos formulários de propostas de emenda, o que já está acontecendo em vários estados, onde as coletas estão em andamento. O senador alerta que o prazo para a coleta de assinaturas termina no próximo dia 13.

Contando com a colaboração dos deputados Augusto Carvalho (PCB-DF) e Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) na divulgação do manifesto, o senador Pompeu de Sousa apela à população para que procure os postos já instalados e participe da emenda popular pela reforma agrária. Informa, a seguir, que neste final de semana o grupo pró-diretas visitará as cidades satélites — passando pela Feira do Guarã — «quando faremos um mutirão em prol da reforma rural», diz.

Além do senador Pompeu de Sousa e dos deputados Augusto Carvalho e Sigmaringa Seixas, o ato público de hoje contará com a presença dos senadores Maurício Corrêa (PDT-DF), Mário Covas (PMDB-SP) e deputado Geraldo Campos (PMDB-DF). Participam também os presidentes do PCB-DF, PC do B-DF, PDT-DF, PMDB-DF, PSB-DF e PT-DF.